

AGENDA DE COMPROMISSO
DAS CANDIDATURAS NEGRAS DO DISTRITO FEDERAL
ELEIÇÕES 2026





APRESENTAÇÃO

O AFUANA - Vivências LGBTI+ de Matriz Africana, a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) - ANPSINEP, o Clube Social Negro de Brasília - CSNB, o Coletivo Yaa Asantewaa, o Movimento Negro Unificado (DF e Entorno) e o Nosso Coletivo Negro apresentam esta **“Agenda de Compromisso das Candidaturas Negras do Distrito Federal”** como resultado da construção coletiva entre organizações e movimentos comprometidos com o enfrentamento ao racismo e com a promoção dos direitos da população negra no âmbito do Distrito Federal.

O documento reúne propostas prioritárias a serem apresentadas às candidaturas que disputarão as eleições de 2026. O objetivo é estabelecer compromissos públicos, objetivos e metas verificáveis com a população negra do DF. Mais do que manifestações amplas de apoio, esperamos das candidaturas o compromisso com a criação e o fortalecimento de políticas públicas, garantias orçamentárias, a ampliação da presença dos movimentos negros nas instâncias de decisão e a efetivação das políticas públicas de combate às desigualdades raciais.

A agenda parte de uma constatação central: o racismo não é um fenômeno residual, episódico ou apenas moralmente condenável, mas uma estrutura histórica de dominação que perpetua desigualdades, produz violências e limita o acesso pleno da população negra à cidadania e aos direitos humanos.

No Brasil, essa estrutura se expressa de maneira persistente na seletividade da violência estatal, no encarceramento em massa, na precarização da vida nas periferias, na negação de direitos e na permanência de mecanismos simbólicos e institucionais que tentam naturalizar a exclusão, intensificando um Apartheid racial. A esse quadro somam-se dimensões contemporâneas do racismo estrutural, como o racismo ambiental - que expõe desproporcionalmente populações negras à degradação ecológica e à ausência de saneamento básico -, a "plataformização" que precariza o trabalho, o avanço de formas de extrativismo digital (nas quais dados, territórios e infraestruturas são apropriados por grandes corporações tecnológicas sem retorno equitativo para as populações afetadas) e a impossibilidade do acesso à educação pública básica de qualidade, impossibilitando por consequência a entrada de jovens e adultos negros no ensino superior.

No Distrito Federal, essa realidade se manifesta de forma evidente. Os dados da 5ª edição do Mapa das Desigualdades do DF apontam que 57,4% da população se autodeclara negra, e que das 33 Regiões Administrativas (RAs), apenas 09 possuem maioria branca, justamente as que demograficamente concentram infraestrutura, cultura, segurança, saúde e educação adequadas. Nas regiões com maioria negra, a realidade é oposta: regiões periféricas somam até 50% da população vivendo em insegurança alimentar, sendo a RA da Fercal um grande exemplo da disparidade geopolítica atual no DF (RA que possui 73% de população negra) apresentando a pior infraestrutura, com apenas 20% dos domicílios dotados de saneamento básico.

Diante desse cenário de profundas assimetrias territoriais e raciais no DF, esta Agenda de Compromisso se firma não apenas como um diagnóstico crítico, mas como um instrumento concreto de repactuação política. Convocar as candidaturas de 2026 a assumirem estes compromissos é exigência fundamental para que a igualdade racial deixe de ser uma promessa abstrata e se torne orçamento garantido, política pública de Estado e decisão compartilhada com quem constrói o DF no cotidiano de suas periferias.



PRINCÍPIOS ORIENTADORES

As propostas apresentadas nesta agenda estão fundamentadas nos seguintes princípios:

- 1. Enfrentamento e erradicação do racismo estrutural e institucional:** o racismo enquanto estrutura organizadora da sociedade brasileira que determina acesso diferenciado a direitos, recursos e oportunidades precisa ser mitigado a partir de sua base. Enfrentá-lo exige ir além do combate à discriminação individual, de ações isoladas. É inadiável incidir radicalmente sobre o aparelho estatal e as políticas públicas para dismantelar os mecanismos institucionais que reproduzem o racismo e a desigualdade no DF;
- 2. Defesa da cidadania plena e dos direitos humanos:** A população negra dissidente — em sua diversidade de identidades de gênero, orientações sexuais e expressões culturais — é o alvo central das mais graves violações de direitos humanos no Brasil. O racismo, associado à LGBTIfobia, machismo, xenofobia, intolerância religiosa, atua como um vetor contínuo de violência e aniquilação que coloca esses corpos sob ataque permanente. É inadiável consolidar uma agenda de direitos humanos com perspectiva verdadeiramente antirracista e interseccional, que garanta a proteção à vida, o combate à perseguição e a efetivação da cidadania plena para todas as dissidências negras;
- 3. Garantia orçamentária para as políticas de promoção da igualdade racial:** A garantia de recursos financeiros é uma das principais formas de assegurar que as ações afirmativas e programas de promoção da igualdade racial tenham alcance, sustentabilidade e continuidade, gerando impacto real na vida da população negra do DF. Trata-se de converter a reparação histórica em prioridade orçamentária e direito efetivo;
- 4. Participação efetiva dos movimentos negros na elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas voltadas à população negra:** A presença de representantes da sociedade civil em tomadas de decisões, acompanhamento e fiscalização das políticas raciais devem ser desenhadas a partir da base construtiva desses projetos. A participação efetiva evita a cooptação das pautas, garante a legitimidade das ações e assegura que as soluções propostas dialoguem com as reais necessidades das comunidades negras;
- 5. Valorização da memória, da cultura e das diversas formas de organização da população negra:** Reconhecer e valorizar a memória, a cultura, as contribuições da população negra na construção da identidade do DF e as formas de organizações comunitárias (como terreiros, associações, clubes sociais e coletivos), mecanismos sociais indispensáveis para consolidar a identidade coletiva e garantir a preservação do patrimônio imaterial, salvaguardando a memória e a capacidade de resistência do povo negro;
- 6. Garantia de proteção às lideranças negras contra a violência política baseada em raça e gênero:** Lideranças negras, em especial as mulheres negras, são alvos prioritários de violência política de gênero e raça, enfrentando ataques virtuais, intimidações e ameaças constantes. Proteger a vida e o exercício político dessas lideranças é condição indispensável para assegurar a permanência, a segurança e o poder de decisão de quem representa historicamente a maioria da população;
- 7. Respeito e proteção aos saberes e territorialidades das comunidades de matriz africana:** Comunidades tradicionais de matriz africana (terreiros, quilombos urbanos) enfrentam constantes ameaças de despejo, especulação imobiliária e intolerância religiosa no DF. Reconhecer e salvaguardar seus saberes, defendendo a permanência desses territórios é uma questão de justiça social e de preservação de patrimônios culturais essenciais para a identidade da cidade;
- 8. Reconhecimento e promoção da diversidade negra:** Reconhecer a pluralidade da população negra. Dessa forma, estabelecer e aprimorar políticas que contem com suporte para marcadores sociais primordiais para valorizar a sua diversidade - como produção de dados sobre gênero, sexualidade, variações de características sexuais, produção e consumo cultural.



EIXOS E PROPOSIÇÕES

Os eixos apresentados a seguir são o resultado de um amplo processo de construção coletiva, conduzido pelas organizações signatárias desta agenda e fundamentado na experiência, na participação e na mobilização de sujeitos e movimentos comprometidos com a transformação da realidade brasileira. Cada eixo expressa o acúmulo de lutas históricas da população negra e traduz prioridades políticas indispensáveis à construção de um país e um Distrito Federal mais justo, democrático e socialmente igualitário.

Nesse sentido, os compromissos aqui reunidos devem orientar as candidaturas negras no pleito de 2026, oferecendo referências concretas para a formulação de programas de governo, a definição de prioridades administrativas e a atuação institucional ao longo do mandato. Esperamos que esta agenda funcione como uma bússola política e ética para a construção de um projeto de poder comprometido com a superação das desigualdades, com a promoção da justiça racial e com a inclusão da equidade social como princípio estruturante da gestão pública.

Ao aderirem a este documento, as candidaturas assumem, perante a sociedade e especialmente perante a população negra, a responsabilidade política e ética de transformar estas diretrizes em ações governamentais concretas, mensuráveis e capazes de produzir mudanças efetivas na vida das pessoas. Essa adesão representa mais do que uma declaração de intenções: constitui um compromisso público com a implementação, o monitoramento e o aperfeiçoamento contínuo de políticas voltadas à garantia de direitos, à reparação das desigualdades históricas e à democratização do Estado.

As candidaturas reconhecem, sobretudo, que o enfrentamento consequente do racismo estrutural não se realiza por meio de retórica, discursos ocasionais ou iniciativas fragmentadas. Ele exige a institucionalização de políticas públicas permanentes, intersetoriais e transversalizadas em todas as áreas da administração, acompanhadas de dotação orçamentária adequada, metas transparentes, indicadores de acompanhamento e mecanismos robustos de participação e controle social. Exige, igualmente, o fortalecimento das instituições responsáveis pela promoção da igualdade racial, a valorização dos saberes e das experiências da população negra e a adoção de medidas capazes de enfrentar as múltiplas formas de discriminação presentes na sociedade brasileira, especialmente no Distrito Federal.

Este documento representa, portanto, um pacto político pela continuidade, pelo aprofundamento e pelo fortalecimento da agenda da igualdade racial no país. Sua efetividade dependerá da disposição das candidaturas e dos futuros governos para manter um diálogo permanente com os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e as comunidades negras, assegurando que a participação popular não se limite ao período eleitoral. Trata-se de um compromisso que demanda engajamento vigilante, atuação propositiva e responsabilidade pública durante todo o mandato, para que as promessas assumidas se convertam em políticas de Estado, resultados concretos e avanços duradouros na construção de uma democracia verdadeiramente plural, inclusiva e antirracista.



EIXOS E PROPOSIÇÕES

EIXO 1: EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS

Justificativa: A educação pública e gratuita é vetor central para a emancipação, mobilidade social e rompimento dos ciclos históricos de reprodução da pobreza. No entanto, as assimetrias no rendimento escolar, as taxas desproporcionais de evasão entre jovens negros e o racismo institucional no ambiente escolar evidenciam que o acesso formal não basta: é urgente assegurar permanência, qualidade e justiça curricular. As ações afirmativas constituem mecanismo inegociável de reparação e democratização do Estado, mas sua efetividade exige o combate à fraude, a garantia de condições materiais de subsistência aos estudantes e a consolidação de uma prática pedagógica antirracista em toda a rede de ensino do Distrito Federal.

Os candidatos **comprometem-se** a:

- 1. Permanência Estudantil e Condições Materiais:** Garantir dotação orçamentária vinculada, contínua e protegida para programas distritais de assistência e permanência estudantil (bolsas de permanência, moradia, auxílio-transporte, alimentação e apoio à saúde mental) voltados a estudantes negros(as) cotistas no ensino técnico, na Universidade de Brasília (UnB) e no Instituto Federal de Brasília (IFB);
- 2. Efetivação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 no Currículo:** Implementar na íntegra o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na rede pública do DF, com diretrizes pedagógicas avaliáveis, aquisição de acervo literário e didático antirracista e criação de plano de formação continuada e letramento racial obrigatório para professores, gestores e servidores da educação;
- 3. Fortalecimento e Fiscalização das Ações Afirmativas:** Defender a manutenção, ampliação e aprimoramento contínuo das cotas raciais nos concursos públicos do Governo do Distrito Federal (GDF) e no acesso ao ensino superior e técnico, garantindo a padronização, transparência e rigor das comissões de heteroidentificação no combate às fraudes;
- 4. Inclusão Digital e Soberania Tecnológica:** Assegurar infraestrutura tecnológica de ponta, acesso gratuito à internet de alta velocidade e distribuição de equipamentos para estudantes negros das Regiões Administrativas periféricas, combatendo o hiato digital e promovendo a soberania sobre dados e tecnologias no ambiente escolar;
- 5. Expansão do IFB nas Periferias:** Articular e destinar recursos e terrenos públicos para a implantação de novos campi e polos do Instituto Federal de Brasília (IFB) nas Regiões Administrativas com maior densidade de população negra e menores índices de desenvolvimento humano - IDH, garantindo o acesso à educação profissional, científica e tecnológica pública de qualidade;
- 6. Escolas e Polos Periféricos de Educação Musical e Letramento Cultural:** Criar polos descentralizados de educação e formação musical para jovens e adultos nas periferias do DF, integrados à rede pública e à EJA, como estratégia de combate à evasão escolar, valorização da cultura periférica e geração de oportunidades na economia criativa;
- 7. Programa de Apoio e Fomento aos Cursinhos Populares e Comunitários:** Criar linha de financiamento público contínuo, por meio de editais de parceria, para fortalecimento, infraestrutura e concessão de bolsas de incentivo a cursinhos pré-vestibulares populares e comunitários geridos por organizações da sociedade civil nas periferias do DF.
- 8. Combate ao Racismo no ambiente escolar:** implementação efetiva de protocolos antirracistas, com prevenção, acolhimento, responsabilização e acompanhamento dos casos de racismo nas escolas.



EIXOS E PROPOSIÇÕES

EIXO 2 - SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

Justificativa: O racismo institucional na estrutura de saúde pública e privada gera assimetrias brutais no acesso, na qualidade do atendimento e nos desfechos clínicos da população negra. No Distrito Federal, essa violência silenciosa se expressa na disparidade dos índices de mortalidade materna e infantil, no diagnóstico tardio de doenças prevalentes e na negligência com a dor e a saúde mental das periferias. Estruturar um eixo específico de saúde antirracista é indispensável para constranger o racismo institucional, capacitar permanentemente as equipes do SUS-DF, direcionar orçamento vinculado e garantir que a atenção integral à saúde seja um direito efetivo e sem discriminação.

Os candidatos **comprometem-se** a:

- 1. Implementação Efetiva da PNSIPN:** Efetivar e regulamentar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) no âmbito da Secretaria de Saúde do DF (SES-DF), com comitê técnico gestor, metas orçamentárias explícitas e monitoramento público de indicadores;
- 2. Saúde da Mulher Negra e Justiça Reprodutiva:** Estabelecer protocolos obrigatórios de combate à violência obstétrica na rede pública e conveniada, com foco na redução da mortalidade materna e infantil de mulheres negras, além de garantir linha de cuidado para o rastreio, diagnóstico e tratamento conservador de miomas uterinos;
- 3. Enfrentamento às Doenças Prevalentes:** Garantir orçamento contínuo, fornecimento regular de medicação e campanhas educativas permanentes para prevenção, diagnóstico precoce e tratamento integrativo de agravos de maior prevalência na população negra (como doença falciforme e hemoglobinopatias, hipertensão arterial, diabetes mellitus e glaucoma);
- 4. Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e Saúde Mental Antirracista:** Expandir a rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) nas RAs periféricas, garantindo formação antirracista para os profissionais de saúde mental com foco nos traumas derivados do racismo, da violência de estado e da discriminação, apoiando e articulando parcerias com redes como a ANPSINEP;
- 5. Criação de curso específico e obrigatório para agentes de saúde:** Instituir módulo específico e obrigatório sobre Saúde Integral da População Negra na formação continuada e nas residências de todos os servidores e agentes de saúde da SES-DF. Promovendo formação continuada de agentes de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos) em especificidades médicas da população negra, erradicando conceitos racistas que impedem um atendimento digno no SUS - Sistema Único de Saúde à essa população;
- 6. Produção de Dados e Quesito Raça/Cor:** Tornar compulsório e monitorado o preenchimento qualificado do quesito raça/cor/etnia em todos os sistemas de informação, prontuários e notificações epidemiológicas da Secretaria de Saúde do DF, publicando boletins epidemiológicos periódicos sobre a saúde da população negra;
- 7. Atenção às Populações em Extrema Vulnerabilidade:** Estruturar e ampliar as equipes de Consultório na Rua e a atenção básica à saúde no sistema prisional do DF, com foco no rastreio e tratamento contínuo de doenças transmissíveis e na promoção de direitos de pessoas negras em situação de rua e privadas de liberdade;
- 8. Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador Negro:** Fortalecer os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) com foco nas doenças ocupacionais e na precarização laboral que afeta desproporcionalmente a força de trabalho negra e periférica do DF.



EIXOS E PROPOSIÇÕES

EIXO 3 - TRABALHO, RENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Justificativa: A disparidade de renda e a precarização do trabalho são marcas profundas do racismo estrutural. No Distrito Federal, a população negra está concentrada em postos de trabalho de menor remuneração, na informalidade ou em regimes de extrema vulnerabilidade. Este eixo estabelece mecanismos para romper a segregação ocupacional, democratizar o acesso ao crédito, direcionar o poder de compras do Estado e garantir que a juventude e as periféricas negras ocupem postos na economia do futuro.

Os candidatos **comprometem-se** a:

- 1.Regulação e Proteção às Trabalhadoras e Trabalhadores por Aplicativo:** Criar diretrizes e marcos regulatórios no âmbito do DF que exijam das empresas operadoras de aplicativos de transporte e entrega a garantia de pontos de apoio dignos (com sanitários, água e descanso nas RAs), seguros de acidentes e transparência algorítmica, além de articular junto ao Congresso Nacional a regulamentação dos direitos trabalhistas dessa categoria majoritariamente negra e periférica;
- 2.Fomento ao Empreendedorismo e à Economia Negra:** Implementar, por meio do Banco de Brasília (BRB) e do Governo do DF, linhas de microcrédito orientado com taxas subsidiadas e fundo de aval específico para microempreendedoras(es) individuais (MEIs) e negócios liderados por pessoas negras, com prioridade para empreendimentos periféricos, de matriz africana e da economia criativa;
- 3.Ações Afirmativas nas Compras Governamentais e Terceirizações:** Regular no GDF critérios de pontuação diferenciada e margem de preferência em licitações públicas para empresas com controle acionário negro, além de fiscalizar e ampliar o cumprimento da cota obrigatória de vagas para pessoas negras nos contratos de prestação de serviços terceirizados e obras públicas do Distrito Federal;
- 4.Formação Tecnológica, Economia Verde e Futuro do Trabalho:** Criar programas públicos de qualificação profissional de alta complexidade em tecnologia da informação, transição energética, economia circular e inovação, voltados prioritariamente para a juventude negra periférica, garantindo bolsa de permanência durante o período de formação;
- 5.Governança e Participação na Gestão Econômica do DF:** Assegurar a assento e participação deliberativa das organizações, coletivos e entidades do movimento negro nos conselhos de desenvolvimento econômico, na elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no monitoramento das políticas de desenvolvimento produtivo do Distrito Federal.
- 6.Ações Afirmativas no Serviço Público:** Garantir a aplicação e o aperfeiçoamento das cotas raciais nos concursos públicos e processos seletivos do Distrito Federal, com mecanismos de fiscalização e transparência que assegurem seu cumprimento efetivo. Ampliar a presença de pessoas negras em todos os níveis da administração pública, estimulando a diversidade na ocupação de cargos de direção, assessoramento, gestão e demais espaços de decisão, de modo a enfrentar a sub-representação negra na estrutura do Estado.



EIXOS E PROPOSIÇÕES

EIXO 4 - CULTURA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NEGRO

Justificativa: Diante do histórico de invisibilização e apropriação da cultura negra pelas políticas públicas, este eixo afirma a urgência de garantir autonomia e financiamento direto aos agentes culturais negros. Mais do que alocar recursos, trata-se de assegurar que a história e as expressões afro-brasileiras sejam narradas a partir do protagonismo da própria população negra, enfrentando e superando a hegemonia de narrativas eurocêntricas.

Os candidatos **comprometem-se** a:

1. **Editais Específicos e Ações Afirmativas:** Garantir cotas exclusivas e desburocratizar critérios de acesso nos editais do Fundo de Apoio à Cultura (FAC-DF) para artistas, coletivos e produtores culturais negros, além de criar linhas de fomento permanentes para suas associações e organizações;
2. **Preservação da Memória e do Patrimônio:** Promover o tombamento e a salvaguarda dos patrimônios materiais e imateriais da cultura negra no DF, incluindo terreiros de matriz africana, rodas de samba e capoeira, e territórios do hip-hop e de matrizes tradicionais;
3. **Descentralização Orçamentária:** Redirecionar a execução orçamentária da cultura, assegurando que a maioria dos recursos seja destinada a projetos desenvolvidos nas Regiões Administrativas periféricas e com maior densidade populacional negra;
4. **Mobilidade Cultural e Desconto no Transporte Público:** Garantir o acesso do jovem periférico aos equipamentos culturais de todo o DF por meio de gratuidade ou tarifa social estendida no transporte público em dias e horários de eventos culturais, reduzindo a barreira de deslocamento entre as RAs periféricas e a área central;
5. **Formação e Desburocratização Técnica:** Criar um programa permanente de capacitação e elaboração de projetos culturais voltado para jovens negros e periféricos, oferecendo agentes territoriais que auxiliem na inscrição de cadastros (como o CEAC) e no preenchimento de editais, além de aceitar prestação de contas simplificada para projetos comunitários;
6. **Ocupação do Espaço Público e Fomento à Economia Criativa Local:** Garantir a simplificação de licenças e a desmilitarização do uso dos espaços públicos periféricos (praças, feiras, quadras e pistas de skate) para a realização de saraus, batalhas de rima, batalhas de passinho e feiras pretas, impedindo a criminalização do lazer da juventude negra;
7. **Pontos de Cultura e Infraestrutura Periférica:** Investir na criação, reforma e manutenção de Centros de Convivência, Praças da Juventude e Pontos de Cultura geridos diretamente pelas comunidades em RAs de maior vulnerabilidade social, equipando esses locais com acesso à internet de alta velocidade, estúdios comunitários de áudio/vídeo e equipamentos de ensaio;
8. **Cultura na Escola e Transição Cidadã:** Articular a política cultural com a rede pública de ensino, criando programas de residência artística de agentes culturais negros e coletivos periféricos dentro das escolas estaduais do DF, garantindo bolsa-auxílio para jovens monitores e integrando saberes periféricos ao currículo escolar.



EIXOS E PROPOSIÇÕES

EIXO 5 - SEGURANÇA PÚBLICA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA RACIAL

Justificativa: As estatísticas de segurança pública do Distrito Federal evidenciam que a violência e a letalidade afetam desproporcionalmente as Regiões Administrativas periféricas e de maioria negra. É urgente reformular as práticas de policiamento, combater o perfilamento racial, assegurar a transparência total nas operações estatais e garantir os direitos fundamentais de segurança e mobilidade a toda a população.

Os candidatos **comprometem-se** a:

- 1. Institucionalização do Controle e Transparência na Atividade Policial:** Estabelecer a obrigatoriedade do uso de câmeras corporais por todo o efetivo das forças de segurança do Distrito Federal, vinculada à criação de protocolos rigorosos de custódia e acesso às imagens. A medida visa garantir a transparência das ações ostensivas, servindo como instrumento de proteção tanto para a cidadania quanto para os agentes públicos, sob a égide do estrito cumprimento do dever legal;
- 2. Democratização da Informação e Monitoramento de Dados Estratégicos:** Implementar um sistema de publicidade periódica e detalhada dos indicadores de letalidade e abordagens policiais, com a obrigatoriedade de recortes por raça, gênero e território (RA). A política assegura o direito à informação e fornece subsídios técnicos para o controle social e o aperfeiçoamento das políticas de segurança pública, visando a redução das disparidades raciais na atuação estatal;
- 3. Reforma do Modelo de Segurança e Promoção da Justiça Restaurativa:** Reorientar as políticas de segurança pública para o enfrentamento à criminalização da pobreza e ao encarceramento em massa, priorizando estratégias pautadas pela inteligência, prevenção e mediação de conflitos. A proposta defende a transição para um modelo de justiça restaurativa que minimize o uso da força e priorize a coesão social em detrimento da lógica puramente punitivista;
- 4. Qualificação Institucional e Enfrentamento ao Racismo Sistêmico:** Instituir programas de formação continuada e obrigatória para todos os agentes de segurança e servidores públicos, com foco central em letramento racial, direitos humanos e protocolos de atendimento não discriminatórios. A medida busca erradicar práticas de racismo institucional e garantir que o atendimento à população negra seja pautado pela dignidade, equidade e pelo respeito irrestrito às garantias fundamentais.



EIXOS E PROPOSIÇÕES

EIXO 6 - DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS

Justificativa: As assimetrias sociais vivenciadas pelas mulheres negras do DF revelam a necessidade urgente de uma abordagem interseccional na gestão pública. Enfrentando disparidades salariais, sobrecarga nas tarefas de cuidado e maior exposição às violências obstétrica e doméstica, este segmento necessita de políticas desenhadas sob medida, visto que recortes genéricos de gênero não suprem as demandas decorrentes da sobreposição de desigualdades raciais e socioeconômicas.

Os candidatos **comprometem-se** a:

- 1. Expansão da Rede de Proteção e Enfrentamento à Violência de Gênero:** Institucionalizar a ampliação capilarizada da Rede de Casas da Mulher Brasileira e das delegacias especializadas, assegurando o funcionamento ininterrupto (24h) e a obrigatoriedade de equipes multidisciplinares capacitadas em letramento racial. A medida visa garantir que o atendimento estatal seja pautado pela interseccionalidade, combatendo o racismo institucional no acolhimento às mulheres;
- 2. Reconhecimento da Economia do Cuidado e Universalização da Educação Infantil:** Estabelecer marcos legais que reconheçam o trabalho de cuidado como pilar do desenvolvimento socioeconômico, instituindo mecanismos de remuneração e suporte estatal. Paralelamente, priorizar a expansão massiva de creches públicas em tempo integral nas Regiões Administrativas periféricas, garantindo o direito à educação infantil e viabilizando a autonomia produtiva das mulheres negras;
- 3. Salvaguarda Democrática e Combate à Violência Política:** Implementar protocolos nacionais e/ou distritais de proteção e segurança voltados especificamente para lideranças e parlamentares negras, visando coibir a violência política de raça e gênero. A política busca assegurar a integridade física e política dessas representantes, preservando a higidez democrática e o pleno exercício dos mandatos e espaços de decisão;
- 4. Efetividade da Lei Maria da Penha e Proteção Integral Intersectorial:** Garantir a aplicação rigorosa e humanizada da Lei Maria da Penha para mulheres negras, mediante a articulação sistêmica entre os órgãos de segurança, assistência social, saúde e justiça para a celeridade das medidas protetivas. A proposta inclui a consolidação de uma rede de suporte econômico que ofereça auxílio emergencial, programas de qualificação e inserção no mercado de trabalho, assegurando a autonomia financeira necessária para a ruptura definitiva dos ciclos de violência e o amparo em períodos de afastamento decorrentes de agravos à saúde.



EIXOS E PROPOSIÇÕES

EIXO 7 - JUVENTUDE NEGRA

Justificativa: Os indicadores sociais e de segurança do Distrito Federal apontam que a juventude negra vivencia uma dupla vulnerabilidade: a exposição desproporcional à violência letal e a exclusão dos postos de trabalho de maior qualificação. Este eixo busca responder a essas disparidades por meio de políticas transversais que integram proteção social, fomento à cultura, direito ao lazer e programas de inserção econômica voltados ao público jovem afrodescendente.

Os candidatos **comprometem-se** a:

- 1. Institucionalização da Salvaguarda da Vida e Combate à Letalidade:** Instituir o Plano Distrital de Enfrentamento à Letalidade da Juventude Negra, estabelecendo diretrizes estratégicas e metas anuais mandatórias para a redução sistemática de homicídios. A política visa a preservação da vida como prioridade absoluta do Estado, pautada por mecanismos de transparência e monitoramento contínuo dos indicadores de violência;
- 2. Infraestrutura Social e Democratização do Direito ao Lazer:** Viabilizar a construção e a manutenção plena de complexos integrados de juventude, esporte e cultura em territórios de alta vulnerabilidade socioeconômica. A medida compreende o acesso ao lazer, à prática esportiva e à fruição cultural como direitos fundamentais e ferramentas essenciais para a ocupação democrática da cidade e o desenvolvimento integral da juventude periférica;
- 3. Inclusão Produtiva e Fomento ao Primeiro Emprego Formal:** Estabelecer marcos regulatórios para parcerias público-privadas que incorporem cláusulas de reserva de vagas étnico-raciais, garantindo o acesso ao primeiro emprego digno e formal para jovens negros. A iniciativa busca romper o ciclo de exclusão econômica e promover a inserção qualificada dessa população no mercado de trabalho, sob a ótica do trabalho decente e da autonomia financeira;
- 4. Monitoramento e Efetivação do Plano Juventude Negra Viva:** Fortalecer os mecanismos de controle social e fiscalização institucional para assegurar a plena implementação das diretrizes do Plano Juventude Negra Viva no âmbito do Distrito Federal. A proposta exige o cumprimento rigoroso das metas a serem pactuadas, com a articulação intersetorial das secretarias de Estado para garantir que as políticas de promoção da igualdade racial alcancem sua máxima eficácia.



EIXOS E PROPOSIÇÕES

EIXO 8 - POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

Justificativa: No Distrito Federal, povos e comunidades tradicionais enfrentam pressões territoriais decorrentes da expansão urbana desordenada, somadas ao racismo religioso. Este eixo justifica-se pela necessidade de consolidar políticas públicas territoriais e de direitos humanos que assegurem a proteção patrimonial, a segurança jurídica e o respeito aos saberes ancestrais mantidos por terreiros e quilombos, assegurando sua integração plena à gestão pública local.

Os candidatos **comprometem-se** a:

- 1. Regularização Fundiária e Proteção de Territórios Tradicionais:** Estabelecer um regime de prioridade e simplificação administrativa para a regularização fundiária dos territórios ocupados por terreiros e comunidades tradicionais de matriz africana no Distrito Federal. A medida visa garantir a segurança jurídica e a preservação desses espaços como patrimônios culturais e ancestrais, assegurando o direito fundamental ao território e à reprodução de seus modos de vida;
- 2. Enfrentamento ao Racismo Religioso e Salvaguarda da Liberdade de Crença:** Institucionalizar na Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual, ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência - DECRIN, um núcleo técnico de alta complexidade dedicado exclusivamente à investigação e repressão de crimes de ódio e racismo religioso. O objetivo é assegurar a punibilidade de agressores e a proteção efetiva das comunidades de matriz africana, fortalecendo a laicidade do Estado e o livre exercício dos cultos e tradições;
- 3. Consolidação do Reconhecimento Institucional e Isonomia Tributária:** Efetivar a garantia constitucional de imunidade tributária (incidente sobre IPTU e taxas de serviço) para todos os terreiros e casas de axé, equiparando-os institucionalmente aos demais templos de qualquer culto. Esta política busca corrigir distorções burocráticas e assegurar a sustentabilidade financeira desses espaços, reconhecendo sua função social e religiosa essencial na estrutura do Distrito Federal.



EIXOS E PROPOSIÇÕES

EIXO 9 - DIREITO À CIDADE, MORADIA E TERRITÓRIOS NEGROS

Justificativa: O planejamento urbano do Distrito Federal perpetua desigualdades sócio-raciais que impactam diretamente o acesso a serviços públicos essenciais. A concentração da população negra em áreas periféricas desprovidas de infraestrutura adequada exige uma abordagem compensatória e inclusiva. Este eixo visa fundamentar políticas de regularização fundiária, habitação de interesse social e mobilidade urbana para promover o direito à cidade e a equidade territorial.

Os candidatos **comprometem-se** a:

- 1. Enfrentamento ao Racismo Ambiental e Justiça Climática:** Estabelecer como prioridade orçamentária e estratégica a execução de obras de saneamento básico, pavimentação e infraestrutura resiliente em Regiões Administrativas historicamente negligenciadas, como Fercal e Sol Nascente. A medida visa mitigar as disparidades territoriais e garantir a segurança da população periférica diante de desastres socioambientais, sob a premissa do direito à cidade e ao meio ambiente equilibrado;
- 2. Centralidade da Mulher Negra na Política Habitacional:** Reorientar as diretrizes dos programas habitacionais do GDF, como o Morar Bem, para que a destinação majoritária de recursos e unidades seja vinculada a critérios de prioridade social, contemplando famílias chefiadas por mulheres negras de baixa renda. Esta ação busca enfrentar o déficit habitacional a partir de uma perspectiva de gênero e raça, promovendo a estabilidade familiar e a autonomia dessas mulheres;
- 3. Democratização da Mobilidade Urbana e Direito ao Deslocamento:** Instituir a Tarifa Zero ou a ampliação progressiva de subsídios no sistema de transporte público para estudantes e trabalhadores desempregados residentes nas RAs periféricas. A proposta defende a mobilidade como um direito social essencial para o acesso ao trabalho, à educação e à cultura, eliminando barreiras econômicas que segregam a população das áreas mais distantes do centro político e econômico;
- 4. Função Social do Patrimônio Público e Fortalecimento Comunitário:** Regularamentar a cessão e destinação de imóveis públicos subutilizados para a implementação de equipamentos comunitários e o fomento a iniciativas negras de interesse público. A política foca na descentralização de recursos e no apoio logístico permanente a projetos culturais e sociais nas periferias, garantindo que o patrimônio do Estado cumpra sua função social junto aos territórios mais vulnerabilizados;
- 5. Institucionalização da Participação Popular e Controle Social:** Viabilizar o financiamento público para a manutenção de espaços de convivência, letramento racial e formação política, assegurando a autonomia da organização comunitária. A proposta prevê a institucionalização da cogestão, garantindo que os movimentos negros tenham participação efetiva e deliberativa no planejamento, monitoramento e avaliação sistemática das políticas públicas de combate ao racismo.



EIXOS E PROPOSIÇÕES

EIXO 10 - POPULAÇÃO NEGRA LGBTI+

Justificativa: Pessoas negras LGBTI+ vivem na confluência de duas das mais violentas formas de discriminação do Brasil: o racismo e a lgbtfobia. Ignorar a dimensão racial na luta pelos direitos LGBTI+ significa deixar desprotegida a parcela mais vitimada pela violência letal. Este eixo afirma a necessidade de políticas públicas intencionais e direcionadas, reconhecendo que a garantia da vida e da dignidade desse grupo exige combater simultaneamente a discriminação de raça, gênero e sexualidade.

Os candidatos **comprometem-se** a:

1. **Empregabilidade Trans:** Estabelecer a reserva de vagas e instituir mecanismos de fomento à empregabilidade de pessoas trans e travestis negras, tanto no âmbito da administração pública direta e indireta quanto nas empresas contratadas pelo Governo do Distrito Federal (GDF), como medida de reparação histórica e promoção da equidade étnico-racial e de gênero;
2. **Garantia do Direito à Saúde Integral e Humanizada:** Assegurar a plena implementação e o financiamento dos processos transexualizadores no Sistema Único de Saúde (SUS/DF), pautados pela integralidade do cuidado e pela institucionalização de programas de formação continuada que capacitem os profissionais para o enfrentamento rigoroso ao racismo institucional e à LGBTIfobia;
3. **Efetividade do Sistema de Segurança e Acesso à Justiça:** Fortalecer a rede de proteção jurídica mediante a adoção compulsória de protocolos de monitoramento e investigação célere para crimes de ódio. Priorizar a aplicação do Formulário Rogéria como instrumento técnico essencial para a gestão de riscos e a interrupção do ciclo de violência contra a população negra LGBTI+;
4. **Consolidação da Rede de Acolhimento e Proteção Social:** Institucionalizar a criação e a manutenção de centros de acolhimento público dotados de metodologias específicas, garantindo a segurança e a dignidade de pessoas negras LGBTI+ em situação de rua ou extrema vulnerabilidade social, sob a ótica da proteção integral do Estado;
5. **Promoção da Cidadania e Autonomia Socioeconômica:** Desburocratizar e garantir o acesso gratuito à retificação documental, compreendendo-a como direito fundamental à identidade, e articular políticas de capacitação técnica voltadas à autonomia financeira, visando à superação das barreiras estruturais que impedem o pleno exercício da cidadania desta população.



COMPROMISSOS DAS CANDIDATURAS

Ao assinar esta Agenda de Compromissos, a candidatura firma o compromisso público de, no exercício do mandato, atuar de forma intransigente para:

- 1. Advocacia e Defesa Política do Programa:** Assumir a defesa pública e estratégica das diretrizes e propostas consubstanciadas neste documento, incorporando-as como eixos centrais de sua atuação política e institucional.
- 2. Ação Legislativa e Executiva Proativa:** Empenhar-se na formulação, protocolização, apoio e aprovação de marcos legais, programas orçamentários e medidas administrativas que assegurem a plena implementação das políticas aqui preconizadas, garantindo sua viabilidade técnica e financeira.
- 3. Prioridade Orçamentária e Justiça Fiscal:** Garantir a alocação, proteção e ampliação de recursos específicos para as políticas de promoção da igualdade racial no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), fiscalizando a execução efetiva do orçamento antirracista no Distrito Federal.
- 4. Institucionalização do Diálogo com a Sociedade Civil:** Consolidar canais permanentes de interlocução e concertação política com as organizações e coletivos do movimento negro, reconhecendo-os como sujeitos políticos fundamentais na construção e no monitoramento das políticas de equidade racial.
- 5. Estruturação de uma Agenda Afirmativa de Gestão:** Instituir um calendário sistemático de reuniões e fóruns de debate com os movimentos sociais negros, garantindo que a participação popular seja o método de governança para o acompanhamento, a avaliação e o aprimoramento contínuo das políticas públicas.
- 6. Mecanismos de Transparência e Monitoramento de Dados:** Exigir e propor a obrigatoriedade do preenchimento do quesito raça/cor/etnia em todos os sistemas de dados públicos do DF (saúde, segurança, educação e assistência social), garantindo a publicação periódica de relatórios que permitam avaliar o impacto real das políticas na população negra.
- 7. Representatividade Antirracista na Gestão dos Mandatos:** Comprometer-se com a composição diversificada e proporcional da equipe de gabinete, cargos de liderança e assessoria técnica, assegurando a presença prioritária de profissionais negros, mulheres negras, jovens e pessoas LGBTI+ na formulação das ações do mandato.
- 8. Articulação Intersetorial e Transversalidade:** Atuar ativamente para que a pauta da igualdade racial atravessasse todas as comissões parlamentares e secretarias governamentais, vinculando o debate de raça às políticas de infraestrutura, meio ambiente, mobilidade e desenvolvimento econômico.
- 9. Proteção e Salvaguarda aos Defensores de Direitos Humanos:** Estabelecer redes de apoio institucional, jurídico e político para lideranças comunitárias, ativistas e defensores de direitos humanos que enfrentem ameaças, perseguições ou criminalização no exercício da defesa da população negra e de seus territórios.



TERMO DE ADESÃO E PACTUAÇÃO POLÍTICA

Pelo presente instrumento eu, _____,
candidata(o) ao cargo de _____,
vinculada(o) ao partido/federação _____, formalizo
minha **ADESÃO** à Agenda de Compromissos das Candidaturas do Distrito Federal.

Por meio desta assinatura, firmo o compromisso de:

- 1. Incorporar as propostas e eixos deste programa como prioridades transversais do plano de mandato e da atuação parlamentar/executiva;
- 2. Garantir canais contínuos de concertação e escuta com as organizações e movimentos sociais responsáveis pela sua elaboração;
- 3. Assegurar a transparência e a prestação de contas pública quanto ao cumprimento dos compromissos pactuados nesta Agenda.

Brasília/DF, 17 de agosto de 2026.

Assinatura da(o) Candidata(o)



ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS PELA CONSTRUÇÃO DA AGENDA



AFUANA - Vivências LGBTI+
de Matriz Africana



Articulação Nacional de
Psicólogas(os) Negras(os)
e Pesquisadoras(es)



Coletivo Yaa Asantewaa



Clube Social Negro de Brasília



Movimento Negro Unificado
(DF e Entorno)



Nosso Coletivo Negro

AGENDA DE COMPROMISSO DAS CANDIDATURAS NEGRAS DO DISTRITO FEDERAL

